

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.227 - SP (2019/0284854-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : A J DOS S (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL ARLINDO DA SILVA - SP378006
DANIELA AMANDA DA COSTA BENELLI - SP383490
MARCELO GONÇALVES CAMPOS - SP401953
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. FEITO MAL INSTRUÍDO. AUSÊNCIA DO DECRETO PRISIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A LEGALIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PETIÇÃO RECURSAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por A. J. DOS S. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, na impetração originária (HC n.º 2128996-21.2019.8.26.0000), denegou a ordem pleiteada.

Consta nos autos que, em 13/05/2019, o Juízo de Direito da Comarca de Cachoeira Paulista/SP decretou a prisão temporária de A. J. dos S., suspeito da prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal contra sua filha, Vítima de apenas 10 (dez) anos de idade, com fundamento nos arts. 1.º, incisos I e III, alínea *f*, e 2.º, *caput*, ambos da Lei n.º 7.960/1989, c.c. o art. 2.º, § 4.º, da Lei n.º 8.072/1990.

A Defesa impetrou *habeas corpus*, que teve a ordem denegada, com a seguinte ementa (fl. 88):

"HABEAS CORPUS – Estupro de vulnerável (artigo 217-A do CP) – Pedido de revogação da prisão temporária – Decretação da prisão preventiva. Pressupostos da segregação cautelar presentes. Inócuas outras medidas do artigo 319 do CPP – Constrangimento ilegal não caracterizado – Excesso de prazo para o encerramento do inquérito policial. Não reconhecimento. Seguimento regular, consideradas as peculiaridades do caso – Ordem denegada."

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões recursais, sustenta-se que prisão do Recorrente "*está se dando pelo fato de sua tipificação, e não pela realidade concreta que envolve o caso*" (fl. 104). Afirma, ainda, que o Recorrente é primário, possui bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa.

Requer, liminarmente, expedição de "*alvará de soltura, para que o recorrente aguarde em liberdade provisória o julgamento final desta ação*" (fl. 109); no mérito, provimento do recurso para que seja concedida liberdade provisória até o trânsito em julgado da sentença condenatória.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, ao manter a segregação cautelar do Recorrente, adotou a seguinte fundamentação (fls. 89-93, sem grifo no original):

"De acordo com os documentos carreados aos autos, o paciente teria praticado conjunção carnal com sua filha M.A. entre os 03 e os 08 anos de idade dela. Após descobrir os fatos, a mãe da vítima se separou de A.; todavia, atualmente, ele está perseguindo a ambas pelas ruas da cidade, situação que vem causando traumas na criança, a qual chegou a dizer, com medo de seu pai, que 'queria ser levada para um orfanato' (fls. 15/16).

No caso são significativos e relevantes os indícios do envolvimento do paciente na ocorrência criminosa, porquanto, o término do período da prisão temporária, houve pedido de decretação da prisão preventiva pela autoridade policial com fundamento na demonstração da materialidade e em indícios de autoria amealhados no curso das investigações.

Faz-se, portanto, necessária a cautelar em função de determinados objetivos que se relacionam à garantia da ordem pública, à conveniência da instrução criminal e à efetiva aplicação da lei penal (CPP, artigo 312). Aliás, qualquer outra medida prevista no artigo 319 do CPP, eventualmente concedida, não atenderia às finalidade daqueles objetivos.

[...]

Em remate, a decisão que determinou a conversão da prisão temporária em preventiva não merece qualquer reparo (fls. 87/89 – apenso nº 1500352-05.2019.8.26.0102):

'Inicialmente, indica-se que a materialidade delitiva e os indícios de autoria restaram sobremaneira comprovados ante o corpo probatório angariado. No mais, é certo que a reprimenda da infração imputada ultrapassa 04 (quatro) anos de reclusão, satisfazendo o requisito elementar descrito pelo artigo 313,1, do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, presentes estão as circunstâncias autonzadoras da custódia cautelar.

É certo que o fato, em tese praticado pelo agente, extravasou as elementares do tipo penal, o que permite a decretação da prisão preventiva (medida de exceção).

A necessidade da custódia cautelar se justifica, no presente caso concreto, para a GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, haja vista que, ante relatos de testemunhas e da psicóloga que acompanha a vítima pelo CRAS, o averiguado é pessoa violenta e após a separação da genitora da menor, passou a perseguir a vítima, causando-lhe temor, o que demonstra fortes chances de reiteração delitiva, ou até mesmo a prática de crime mais grave.

Ora, o indiciado está sendo investigado pelo crime gravíssimo praticado contra sua própria filha, pois além de praticar conjunção carnal com a mesma (laudo de fls. 60/62), cobrava dinheiro de um tio e primo da menor, bem como tentou forçar seu outro filho menor a praticar sexo com a menina, o que evidencia a grande periculosidade do agente, uma vez que foi capaz de ofender a integridade sexual de sua prole, livrando-se solto, possivelmente será um perigo para a sociedade ordeira.

Ademais, pelos depoimentos das testemunhas [...] pode ser confirmado que o averiguado, por vezes, intimidou a vítima e sua ex-esposa, proferindo ameaças.

Outrossim, justifica-se, também, por conveniência da instrução processual, tendo em vista que os depoimentos das testemunhas demonstraram que o averiguado certamente poderá intimidar as mesmas proferindo ameaças contra as mesmas, bem como contra a menor (vítima) e sua genitora (ex-esposa)."

O recurso ordinário em *habeas corpus* restringe-se à arguir a ilegalidade da prisão preventiva. Todavia, o Recorrente não cuidou de instruir corretamente o feito, uma vez que não trasladou aos autos a cópia da decisão que decretou a prisão cautelar – documento indispensável para a apreciação das razões defensivas –, sendo certo que cabe ao Postulante o ônus de instruir completa e corretamente o recurso defensivo.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INVIABILIDADE DE VERIFICAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES.

1. Recurso em habeas corpus deficientemente instruído ante a ausência de cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do agravante, sendo certo que a mera reprodução da peça processual não

Superior Tribunal de Justiça

supre a necessidade de juntada do documento original.

2. *Nem mesmo com a petição de agravo regimental foi sanada a deficiência na instrução do feito.*

3. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no RHC 71.881/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 30/06/2016; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

